

# História da escravidão

No que tange a **história da escravidão**, há diversas ocorrências de escravatura sob diferentes formas ao longo da história, praticada por civilizações distintas. No geral, a forma mais primária de escravatura se deu na medida em que povos com interesses divergentes guerrearam, resultando em prisioneiros de guerra. Apesar de na [Antiguidade](#) ter havido comércio escravagista, não era necessariamente esse o fim reservado a esse tipo de espólio de guerra. Ademais, algumas culturas com um forte senso patriarcal reservavam à mulher uma hierarquia social semelhante ao do escravo, negando-lhe direitos básicos que constituiriam a noção de cidadão.

## Escravidão na Antiguidade

A escravidão era uma situação aceita e logo tornou-se essencial para a economia e para a sociedade de todas as civilizações antigas, embora fosse um tipo de organização muito pouco produtivo. A [Mesopotâmia](#), a [Índia](#), a [China](#) e os [antigos egípcios](#) utilizaram escravos. Na civilização Grega o trabalho escravo acontecia na mais variada sorte de funções, os escravos podiam ser domésticos, podiam trabalhar no campo, nas minas, na força policial de arqueiros da cidade, podiam ser ourives, remadores de barco, artesãos, etc. Para os gregos, tanto as mulheres como os escravos não possuíam direito de voto. No entanto, o tipo de escravidão que se deu nas Américas, logo após seu descobrimento por Cristovão Colombo, em 1492, era praticamente inédito, baseado no subjugamento de uma raça, em razão da cor da pele.

## Escravidão na América Pré-Colombiana

Nas civilizações pré-colombianas ([asteca](#), [inca](#) e [maia](#)) os escravos eram empregados na agricultura e no exército. Entre os incas, os escravos recebiam uma propriedade rural, na qual plantava para o sustento de sua família, reservando ao imperador uma parcela maior da produção em relação aos cidadãos livres.

## Escravidão Moderna e Contemporânea.

No Brasil a escravidão começou com os índios, mas como eles não se adaptavam ao serviço de trabalho os colonizadores ("um pouco adiante") recorrem aos negros africanos, que foram utilizados nas minas e nas plantações: de dia faziam tarefas costumeiras, a noite carregavam cana e lenha, transportavam fôrmas, purificavam, trituravam e encaixotavam o açúcar. Muitos dos soldados do antigo império romano eram ex-escravos. O comércio de escravos passou a ter rotas intercontinentais, no momento em que os [europeus](#) começaram a [colonizar](#) os outros continentes, no [século XVI](#) e, por exemplo, no caso das [Américas](#), em que os povos locais não se deixaram subjugar, foi necessário importar mão-de-obra, principalmente da [África](#). Nessa altura, muitos [reinos](#) africanos e [árabes](#) passaram a capturar escravos para vender aos europeus. Em alguns territórios brasileiros, o índio chegou a ser mais fundamental que o negro, como mão-de-obra. Em São Paulo, até o final do século XVII, quase não se encontravam negros e os documentos da época que usavam o termo "negros da terra" referiam-se na verdade aos índios.

Com o surgimento do ideal liberal e da ciência económica na [Europa](#), a escravatura passou a ser considerada pouco produtiva e moralmente incorreta. A escravatura em Portugal continental foi proibida a [12 de Fevereiro](#) de [1761](#) pelo [Marquês de Pombal](#). Em 1850 foi feita, no Brasil, a Lei Eusébio de Queirós que impunha punição aos traficantes de escravos, assim nenhum escravo mais entrava no país; em 1871 foi feita a Lei do Ventre Livre que declarava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquele ano, e em 1885 a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos

maiores de 60 anos. E mais tarde fez surgir o [abolicionismo](#), em meados do [século XIX](#). Em 1888, quando a escravidão foi abolida no Brasil, ele era o único país ocidental que ainda mantinha a escravidão legalizada. A Maurítânia foi, em 1981, o último país a abolir, na letra da lei, a escravatura.

A escravidão é pouco produtiva porque, como o escravo não tem propriedade sobre sua própria produção, ele não é estimulado a produzir já que isto não irá resultar em um incremento no bem-estar material de si mesmo.

## **Ontem e hoje, o negro no Brasil**

O Brasil foi a última nação da América a abolir a escravidão. Entre 1550 e 1850, data oficial do fim do tráfico de negros, cerca de 3.600.000 africanos chegaram ao Brasil. A força de trabalho desses homens produziu a riqueza do País durante 300 anos.

Apesar de a maior parte dos escravos não saber ler nem escrever, isso não significava que não tivessem cultura. Eles trouxeram para o Brasil seus hábitos, suas crenças, suas formas de expressão religiosa e artística, além de terem conhecimentos próprios sobre técnicas de plantio e de produção. Entretanto, a violência e a rigidez do regime de escravidão não permitiam que os negros tivessem acesso à educação.

Oprimido e explorado, o negro encontrava nas suas raízes africanas a força para resistir à dominação dos senhores nas suas fazendas. E muitos aspectos de sua cultura permaneceram vivos, como, por exemplo, a religião. O candomblé, ritual religioso com danças, oferendas e cultos para Orixás, atravessou a história e aparece como uma prova de preservação das raízes do povo africano no Brasil.

Foi somente em 13 de maio de 1888 que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, libertando todos os escravos. Mas para muitos essa liberdade não poderia mais ser aproveitada como deveria. Após anos de dominação, os negros foram lançados numa sociedade preconceituosa, de forma desarticulada, sem dinheiro, sem casa, sem comida, sem nenhuma condição de se estabelecer.

Hoje, no Brasil, ainda é possível ver os reflexos dessa história de desigualdade e exploração. Alguns indicadores referentes a população, família, educação, trabalho e rendimento e que são importantes para retratar de forma resumida a situação social de brancos, pretos e pardos, revelam desigualdades em todas as dimensões e áreas geográficas do País. Apontam, também, para uma situação marcada pela pobreza, sobretudo para a população de pretos e pardos.

Segundo dados da publicação Síntese de Indicadores Sociais - 2000 - que reúne dados de pesquisas do IBGE, em 1999, a população brasileira era composta por 54% de pessoas que se declararam brancas, 5,4% de pretas, 39,9% de pardas e 0,6% de amarelas e indígenas.

Em termos regionais, a população branca está mais concentrada no Sul (83,6%), a preta no Sudeste (6,7%), a parda no Norte (68,3%) e a população amarela e indígena também no Norte (1%).

As diferenças referentes à educação diminuíram nas duas últimas décadas, mas ainda são significativas. Em 1999, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais era de 8,3% para brancos e de 21% para pretos e a média de anos de estudo das pessoas com 10 anos de idade ou mais é de quase 6 anos para os brancos e cerca de 3 anos e meio para pretos.

Apesar dos avanços nas últimas décadas na área da educação, com declínio do analfabetismo e aumento da escolarização e da escolaridade média, há muito que se fazer para alcançar níveis de qualidade, eficiência e rendimento do ensino compatíveis com as necessidades atuais e futuras de empregabilidade e de exercício da cidadania para a população jovem.

- As diferenças são expressivas também no trabalho, onde 6% de brancos com 10 anos de idade ou mais aparecem nas estatísticas da categoria de trabalhador doméstico, enquanto os pardos chegam a 8,4% e os pretos a 14,6%. Por outro lado, na categoria empregadores encontram-se 5,7% dos brancos, 2,1% dos pardos e apenas 1,1% dos pretos.

A distribuição das famílias por classes de rendimento médio mensal familiar per capita indica que, em 1999, 20% das famílias cujo chefe é de cor ou raça branca tinham rendimento de até 1 salário mínimo contra 28,6% das famílias pretas e 27,7% das pardas.

Ainda em 1999, a população branca que trabalhava tinha rendimento médio de cinco salários mínimos. Pretos e pardos alcançavam menos que a metade disso: dois salários. Essas informações confirmam a existência e a manutenção de uma significativa desigualdade de renda entre brancos, pretos e pardos na sociedade brasileira.

Além desses dados, você pode encontrar outras estatísticas sobre desigualdades raciais na publicação **Síntese de Indicadores - 2000**, editada pelo IBGE.